

NOSSA ALDEIA, NOSSA ESCOLA: VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS INDÍGENAS NO CURRÍCULO ESCOLAR

Patrícia Cristina Campos Ramos – Universidade Federal do ABC
pccamposramos@gmail.com

Resumo

O presente trabalho apresenta o projeto de intervenção "Nossa Aldeia, Nossa Escola", realizado em uma escola pública de Ensino Fundamental I em Osasco/SP, no contexto da Educação em Direitos Humanos (EDH). O objetivo central foi desconstruir estereótipos e promover o reconhecimento das culturas indígenas como parte viva da identidade brasileira, contribuindo para a efetivação das Leis nº 11.645/2008 e nº 14.402/2022. A metodologia qualitativa pautou-se na pesquisa-ação, estruturada em três eixos ao longo de seis meses: formação continuada com docentes em Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC); e desenvolvimento de sequência didática com as crianças, envolvendo literatura indígena, vivências sensoriais (argila, urucum) e jogos tradicionais. A análise crítica demonstra que, ao privilegiar a escuta e o protagonismo indígena em práticas pedagógicas (arte, literatura, corporalidade), é possível transformar a escola em um espaço de combate ao racismo estrutural, à folclorização e ao apagamento cultural. A atuação da autora, como pessoa indígena em processo de retomada étnica, ampliou a legitimidade e a visibilidade identitária do projeto. Os resultados apontam para a necessidade de institucionalizar e ampliar essas práticas como políticas pedagógicas permanentes, alinhando a escola à construção de uma cultura de direitos e equidade.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos; Culturas indígenas; Currículo escolar; Anticolonialidade; Protagonismo indígena.

Introdução

A valorização das culturas indígenas no ambiente escolar tem sido pauta de crescente importância no Brasil, impulsionada pela promulgação da Lei nº 11.645/2008, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena, e, mais recentemente, pela Lei nº 14.402/2022, que transformou o antigo "Dia do Índio" no "Dia dos Povos Indígenas". Tais marcos legais visam superar o racismo estrutural e o apagamento histórico dessas culturas no sistema educacional.

Apesar dos avanços normativos, a literatura especializada indica que a efetiva implementação desses conteúdos enfrenta entraves significativos, como a falta de formação continuada dos professores, a escassez de materiais didáticos adequados e a prevalência de visões estereotipadas e folclorizadas nas práticas pedagógicas. Estudos apontam que crianças frequentemente reproduzem preconceitos sobre culturas indígenas devido ao desconhecimento e à insuficiente capacitação docente (VERÁSTEGUI, 2025). Essa realidade demonstra que o cumprimento formal da lei é insuficiente, exigindo uma abordagem crítica, inclusiva e antirracista.

Nesse contexto, sujeitos historicamente marginalizados, como os povos indígenas, demandam currículos flexíveis e democratizados que reconheçam seu protagonismo na história nacional. A Educação em Direitos Humanos (EDH) propõe que a escola atue para além da transmissão de conteúdos, promovendo a justiça e a cidadania crítica (FISCHMANN, 2001). Assim, o projeto de intervenção “Nossa Aldeia, Nossa Escola – Valorização das culturas indígenas no currículo escolar” foi idealizado para enfrentar esses desafios em um contexto urbano, propondo atividades que tornam os conteúdos indígenas concretos e significativos no cotidiano escolar, rompendo com a invisibilidade.

Diante do exposto, este trabalho busca formular e sistematizar a experiência do projeto, propondo caminhos pedagógicos para a valorização das culturas indígenas no currículo escolar, com os seguintes objetivos: difundir metodologias pedagógicas que abordem a temática indígena de forma crítica e antirracista; fortalecer a formação docente para o trabalho com as culturas indígenas; promover o protagonismo indígena e sua representatividade no ambiente escolar; e contribuir para o cumprimento efetivo das Leis nº 11.645/2008 e nº 14.402/2022.

Metodologia

O trabalho baseia-se em um projeto de intervenção com abordagem qualitativa, caracterizada como pesquisa-ação e prática cultural, desenvolvida na CEMEIEF Marina Saddi Haidar, escola pública de Ensino Fundamental I localizada na região metropolitana de São Paulo (Osasco/SP).

O público-alvo principal foram as 12 turmas do ciclo I do Ensino Fundamental I, totalizando cerca de 350 estudantes, além do corpo docente e da equipe pedagógica, cujo engajamento foi estratégico.

A intervenção foi desenvolvida ao longo de seis meses e estruturada em três eixos centrais:

1. **Formação Continuada com Docentes:** Realização de encontros de HTPC com foco na legislação pertinente (Leis nº 11.645/2008 e nº 14.402/2022), na desconstrução de estereótipos, na escuta de vozes indígenas contemporâneas (livros, vídeos, podcasts) e na discussão de metodologias decoloniais.
2. **Criação de Sequência Didática com Vivências:** Desenvolvimento de atividades sensoriais, manuais e artísticas com as crianças, incluindo a confecção de petecas, vivência com argila e urucum, leitura da obra de autores indígenas como Werá Jeguaka Mirim e Geni Nuñez, e o estudo de jogos e saberes sobre território e contemporaneidade indígena.
3. **Articulação Curricular e Integração:** Apoio contínuo às professoras na elaboração de planos de aula e na curadoria de acervo literário, visando a inserção transversal da temática em diferentes áreas do conhecimento (Língua Portuguesa, Artes, História e Geografia).

O foco metodológico foi a superação do tratamento pontual e folclórico da temática, promovendo o contato com materialidades e narrativas em primeira pessoa, de modo a resgatar o valor do brincar e da criação coletiva como estratégias potentes para a formação cidadã, conforme defendido por Afonso e Abade (2013).

Resultados e discussão

A intervenção demonstrou que práticas educativas fundamentadas na vivência, na arte-educação e na valorização de saberes originários são caminhos eficazes para o enfrentamento do racismo estrutural e da invisibilização histórica.

Um dos resultados mais significativos foi a desconstrução da visão cristalizada do “índio folclórico”, um estereótipo que Daniel Munduruku (2001) denuncia como um processo de desumanização. Ao serem apresentadas as obras como *Kunumi Guarani* (MIRIM, 2014) e *Jaxy Jaterê* (NUÑEZ, 2023), as crianças puderam acessar narrativas de povos indígenas contemporâneos e urbanos, rompendo com a lógica do “falar sobre” para promover o “falar com”.

A discussão sobre a presença indígena em contextos urbanos e o enfrentamento do racismo espiritual, levantado pela atividade sobre o *Djatchy Djaterê*, exigiu uma abordagem pedagógica sensível, que buscou comunicar que os encantados não são meras lendas, mas sim entidades vivas e respeitadas nas cosmologias indígenas. Isso se alinha à proposta de Roseli Fischmann (2001) de que a EDH deve garantir a convivência baseada no reconhecimento da diversidade como valor democrático.

No eixo da formação docente, os encontros de HTPC contribuíram para ampliar o repertório das professoras sobre a diversidade dos povos indígenas e sua contemporaneidade. Isso foi crucial para que elas abandonassem abordagens estereotipadas, viabilizando a inserção transversal e contínua da temática no currículo, indo além do “abril indígena”.

O engajamento das crianças com as práticas decoloniais foi notável. A vivência com argila e a confecção de petecas, que resgatou o sentido da palavra tupi, estimularam a curiosidade linguística e o senso crítico sobre as desigualdades. O projeto evidenciou, portanto, que a escola pode ser um espaço privilegiado para o repensar de paradigmas ocidentais de progresso e consumo, propondo um reencontro com modos de vida baseados no cuidado com a Terra e com os outros, conforme postula Ailton Krenak (2019). A articulação com os marcos legais serviu como elemento legitimador, garantindo que o projeto fosse sustentado ao longo do ano letivo.

Conclusões ou Considerações Finais

A implementação do projeto “Nossa Aldeia, Nossa Escola” reafirma que uma

educação comprometida com os direitos humanos e a justiça racial é plenamente possível no contexto da escola pública urbana. Ao construir um percurso que une o rigor teórico-legal (Leis nº 11.645/2008 e nº 14.402/2022) com a potência da prática pedagógica vivencial, o projeto demonstra a eficácia de uma formação crítica e significativa para crianças e docentes.

A experiência confirma a hipótese de que a valorização das culturas indígenas pode ser potencializada por meio de vivências práticas que rompem com a invisibilização das subjetividades, especialmente em contextos urbanos.

Enquanto educadora e pessoa indígena em processo de retomada étnica, a realização deste trabalho constitui um ato de resistência e afirmação identitária. O projeto demonstra a potência da escola como um lugar de transformação social, onde a escuta atenta das professoras, o entusiasmo das crianças e o acolhimento da gestão escolar resultam em uma intervenção potente e inspiradora. A continuidade e ampliação deste projeto para outras escolas da rede pública apresentam-se como uma necessidade premente, contribuindo significativamente para a construção de uma educação mais plural, decolonial e promotora de justiça social.

Referências

AFONSO, Maria Lucia; ABADE, Flavia Lemos. **Jogos para pensar: educação em direitos humanos e formação para cidadania**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 47, p. 1-10, 11 mar. 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Lei nº 14.402, de 8 de julho de 2022**. Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de

1943. *Diário Oficial da União: edição extra*, Brasília, DF, 8 jul. 2022.

FISCHMANN, Roseli. Educação, direitos humanos, tolerância e paz. *Paidéia*, São Paulo, v. 11, n. 20, p. 67-77, 2001.

JEGUAKA MIRIM, Werá. **Kunumi Guarani**. Ilustrações de Gilberto Miadaira. São Paulo: Panda Books, 2014.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. **As serpentes que roubaram a noite e outros mitos**. São Paulo: Peirópolis, 2001.

NUÑEZ, Geni. **Jaxy Jaterê**. Ilustrações de Miguela Moura. São Paulo: Harlequin, 2023.